

Brasil pode ter dinheiro dos japoneses

O acordo com os bancos credores privados para pagamento dos juros em atraso irá tornar mais flexível a posição do Ministério do Orçamento e Finanças do Japão (MOF) em torno do pacote de financiamentos japoneses ao Brasil, num total de 1,4 bilhão de dólares. A expectativa é do diretor-adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Jorge Fagali Neto, que garantiu estar solucionado o contencioso com as empresas japonesas instaladas no País. O MOF, segundo ele, estava emper-

rando as negociações com o Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MITI) para a concessão de um empréstimo de 477 milhões de dólares do "Overseas Economic Cooperation Fund" (OECF) e para a criação de um Fundo de Exportação cujos recursos não estão ainda definidos — o MITI não exigia o acordo prévio com os credores privados.

Em fevereiro, quando esteve em Tóquio uma missão do Governo brasileiro chefiada pelo secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Marcos Fonseca, o MITI, para surpresa da missão, passou a exigir o acordo com os bancos privados como condição para negociar os recursos do OECF e do Fundo de Exportação. Tal exigência, que nunca havia sido mencionada antes, foi feita por in-

fluência do MOF. Há cerca de duas semanas, provavelmente influenciado pelo bom andamento das conversações do embaixador Jório Dauster com o Comitê Assessor dos Bancos, em Nova Iorque, supõe Fagali, o MITI comunicou formalmente ao Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia que retirava tal condicionalidade. Com o acordo fechado ontem por Dauster, acredita Fagali que as negociações com o MITI serão facilitadas pela menor pressão do MOF.

Operações — Para acertar as operações com o MITI, o Brasil precisa pagar parte dos 860 milhões de dólares que deve ao Japão no Clube de Paris (fórum onde é negociada a dívida de governo a governo), valor que deve chegar ao redor de um bilhão de dólares

agora em abril. O acordo com o MITI independe da renegociação brasileira com o Clube de Paris, bastando apenas que o Brasil pague uma parcela do que deve ao Japão no Clube. Quando pagar e como pagar serão objeto de futuras negociações.

De acordo com Fagali, dos quatro projetos candidatos aos 477 milhões de dólares do OECF, dois já estão com sua minuta de contrato pronta — a reforma do Porto de Santos e o programa de irrigação no Nordeste. Os outros dois — programa de irrigação no Norte de Minas Gerais e um projeto de eletrificação rural em Goiás dependem de pequenos acertos com os novos governadores dos dois estados.

Com o MITI o Brasil está negociando também a criação de um fundo de exportação.